Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Ex-ministra do TSE defende mais participação de negros e negras nas decisões da Justiça



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

A advogada Vera Lúcia Santana Araújo, ex- ministra do TSE, divulgou uma mensagem na última sexta-feira (20), Dia da Consciência Negra, em que defendeu uma profunda democratização interna no Estado de Direito, especialmente no sistema de Justiça. "As nossas instituições jurídicas e o Poder Judiciário mesmo se marcam pela ausência negra e isso é muito grave porque rigorosamente compromete a própria qualidade da prestação jurisdicional que constitucionalmente é devida pelo Estado", ressaltou. E acrescentou: "Então quando a gente pauta por exemplo a presença de uma jurista negra no Supremo Tribunal Federal mas não só no conjunto da Poder Judiciário igualmente na composição diretiva do Ministério Público, da Advocacia Pública, das Defensorias e da própria advocacia, o nosso sistema da Ordem dos Advogados do Brasil, é porque não há razoabilidade, até compromete efetivamente os serviços públicos na medida em que nós negras e negros não integramos o gestar, o fazer, o conceber, não participamos e não partilhamos da elaboração dos julgamentos, na construção de jurisprudência, na construção de precedentes que possam fazer da prestação jurisdicional que é dever do Estado algo mais compatível, coerente com o que a nossa Constituição rege, dispõe, mas ainda não nos entrega".

Manifestação importante

O promotor de Justiça Libânio Rodrigues, que concorreu recentemente para o comando do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), mas perdeu a nomeação para a colega Cláudia Tomelim, comentou a mensagem da ex-ministra Vera Lúcia Araújo: "Importantíssima essa sua manifestação." Se o presidente Lula tivesse nomeado o Libânio, pela primeira vez na história o DF teria um procurador-geral de Justiça negro.

Ana Rayssa/CB/D.A.Press - 18/11/19

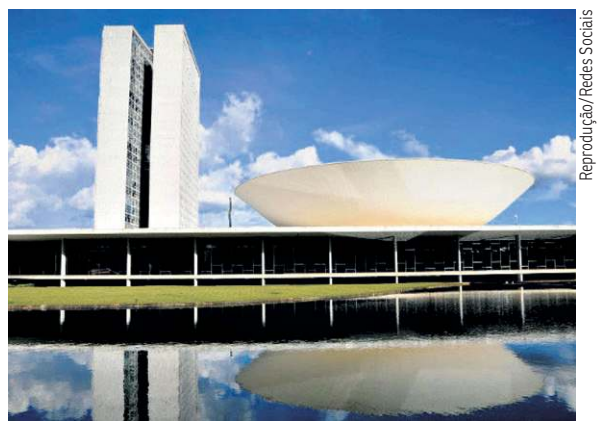


Sem negros

Na bancada de deputados federais eleitos pelo Distrito Federal para o mandato de 2027-2031, não há nenhum negro. Dois se apresentam como pardos: Fábio Félix (PSol) e Reginaldo Veras (PV). Os demais — Agnelo Queiroz (PT), Júlio César Ribeiro (Republicanos), Alberto Fraga (PL), Thiago Manzoni (PL), Rafael Prudente (MDB) e Izalci Lucas (PL) — são brancos.

Participação de negros caiu na Câmara dos Deputados

A presença de pessoas negras na Câmara dos Deputados ainda está longe de refletir o perfil da população brasileira. Embora pretos e pardos representem 56,2% dos brasileiros, segundo dados do IBGE, eles ocupam apenas 26,3% das cadeiras da Câmara. Quase três quartos dos deputados federais eleitos em 2026 são brancos. Pretos e pardos só passaram a ocupar mais de um quarto das cadeiras na Câmara em 2022, quando conquistaram 139 vagas, 27,1% do total. Mas em 2026, a bancada negra teve uma queda: diminuiu de 139 para 135 eleitos. Os dados fazem parte de um levantamento da Nexus — Pesquisa e Inteligência de Dados, instituto ligado à FSB Holding.



Reprodução/Redes Sociais



Ed Alves/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Andressa Anholete/Agência CLDF

Câmara Legislativa terá apenas três deputados negros na próxima legislatura

Entre os distritais eleitos, a maioria é branca. São 15 dos 24. Seis se declararam pardos: Max Maciel (PSol), Roosevelt Vilela (PL), Pepa (PP), Ricardo Vale (PT), Martins Machado (Republicanos) e Rogério Morro da Cruz (PSD). Apenas três se apresentam como negros: Chico Vigilante (PT), Keka Bagno (PSol) e Wellington Luiz (MDB). A quantidade permaneceu igual. Eram três pretos. Entrou a Keka, e a deputada Doutora Jane (Republicanos) não se reelegeu.

Justiça social



Minervino Júnior/CB/D.A Press

A senadora Leany Lemos (PSB-DF) esteve na semana passada com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e conta que ele aprovou seu projeto de limitar o abatimento das despesas com saúde no Imposto de Renda a R$ 3,5 mil. Leany afirma que sabe da dificuldade em aprovar a medida no Congresso, mas ressalta que 88% da renúncia hoje vai para o topo da pirâmide. "Acho justo ter abatimento. Mas não acho que pode ser sem limite. Entra tudo, até plástica. Tem que limitar", avalia. "Olha a educação. Tem um limite, a renúncia é de R$ 6 bilhões. Saúde não tem limite. A renúncia é de R$ 36 bilhões e aumentando na velocidade da luz. Se a gente quer justiça social, precisa olhar para essas distorções", explica a senadora.

Livro analisa leis aprovadas pelo Congresso



Adriana Bernardes

Uma em cada quatro leis aprovadas pelo Legislativo Federal tem caráter simbólico, segundo levantamento que abrange o período de 1989 a 2025. Ao todo, são 955 leis dedicadas exclusivamente à criação de datas comemorativas, denominação de obras públicas, concessão de títulos e homenagens. O fenômeno é tema de um livro organizado pelo cientista político Jorge Mizael, que investiga por que esse tipo de legislação se tornou tão atraente para os parlamentares brasileiros e quais fatores do sistema político estimulam sua aprovação. A obra *A Fábrica de Leis Simbólicas*, lançada na quinta-feira, reúne análises sobre o funcionamento do Legislativo e o papel das leis simbólicas na atividade parlamentar.

Machado de Assis nas alegações finais do MPDFT



Arquivo Pessoal

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pediu a absolvição de uma ré acusada de permitir que uma pessoa dirigisse seu Land Rover Defender 90 sob efeito de álcool e de desacatar policiais militares e um delegado. O pedido foi apresentado pelo promotor Valmir Soares Santos, em alegações finais protocoladas em 15 de novembro de 2026. Segundo o promotor, as provas produzidas em juízo não foram suficientes para sustentar uma condenação. As alegações finais chamaram atenção pela referência a Machado de Assis. O promotor citou o último capítulo de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, conhecido como *Das negativas*, e desejou que a acusada pudesse encerrar aquele capítulo de sua vida e seguir adiante. Ao concluir, deixou uma advertência: "Se beber não dirija, nem entregue as chaves da direção de seu veículo para pessoa embriagada".

Medalha



Divulgação/Agência Brasília

O jornalista Paulo Fona ficou emocionado ao receber a medalha da Polícia Militar do DF das mãos da governadora Celina Leão (PP), que ainda incluiu nas redes sociais a honraria ao seu assessor de imprensa. Fona conhece como poucos o funcionamento da máquina do DF foi porta-voz de Joaquim Roriz, secretário de Comunicação de Rodrigo Rollemberg (PSB) e agora está ao lado da governadora reeleita do DF.

Justiça barra aumento de ICMS para atacadistas do DF



Divulgação

Empresas do comércio atacadista do Distrito Federal conseguiram uma liminar que impede o GDF de incluir os valores do IBS e da CBS na base de cálculo do ICMS durante a transição da Reforma Tributária, a partir de 2027. A decisão foi concedida em 22 de outubro pela 6ª Vara da Fazenda Pública do DF, em ação coletiva movida pelo Sindiatacadista. O impacto pode chegar a 8,8% a mais de ICMS em uma operação usada como exemplo pelo escritório Veloso de Melo Advogados, responsável pela ação. Com a inclusão dos novos tributos, o imposto estadual passaria de R$ 13,64 para R$ 14,84 sobre um preço líquido de R$ 100. A liminar suspende a cobrança adicional e impede penalidades relacionadas a essa parcela. A decisão, porém, beneficia apenas as empresas abrangidas pela representação sindical e ainda poderá ser revista no decorrer do processo. Para Jacques Veloso de Melo, advogado do sindicato na ação, a decisão reconhece que o Fisco não pode ampliar a base de cálculo de um imposto sem previsão legal. "É uma proteção relevante para as empresas, que precisam de segurança jurídica para planejar suas operações diante das mudanças previstas para 2027", afirma.

SÓ PAPOS

Instagram



"Figuras como Dario Durigan, atual ministro da Fazenda e ex-funcionário da Meta, parecem não aprender nada com a experiência recente. O ajuste fiscal do governo Lula 3 foi o que derrubou a popularidade do governo, que chegou enfraquecido na campanha e conseguiu virar o jogo combatendo o "tesouraço" de Flávio Bolsonaro. Como é que depois de eleito figuras como essa propõem fazer exatamente o que vai na contramão da lição que aprendemos?"

Jones Manoel (PSol-PE), *deputado federal eleito*

Carlos Moura/Agência Senado



"O Senado Federal aprovou o equilíbrio orçamentário que garante os compromissos assumidos pelo presidente @lulaoficial com o povo brasileiro. Serão investidos mais R$ 20 bilhões para a saúde e R$ 10 bilhões para a educação, em 2027, mantendo os programas sociais e o aumento real do salário mínimo, sem cortes! É possível equilibrar as contas públicas sem abrir mão de cuidar das pessoas. É esse o compromisso: responsabilidade fiscal caminhando junto com justiça social"

Jaques Wagner (PT-BA), *senador reeleito*

ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

A Justiça do Distrito Federal admitiu a atuação da OAB/DF como amicus curiae na ação civil pública que trata da redução da velocidade máxima no Eixão e da preservação do patrimônio urbanístico de Brasília. A decisão foi assinada pelo juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF. No mesmo ato, o magistrado determinou que as partes fossem cientificadas da nota técnica apresentada pela Comissão Urbanística da OAB/DF.

MANDOU BEM

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) conquistou, pela terceira vez, o Selo Linguagem Simples 2026, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O reconhecimento veio com o projeto Lume, do Aurora LAB, metodologia desenvolvida para tornar a comunicação acessível a toda a sociedade

MANDOU MAL

Quatro ministros do STF são citados em relatório da Polícia Federal por suposta relação com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro. São eles: Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques e André Mendonça. O documento foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR) pelo presidente do Supremo, Edson Fachin.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*